



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA NA METRÓPOLE: TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL E AS HOMENAGENS AO OPERÁRIO SANTO DIAS DA SILVA

MEMORY AS RESISTANCE IN THE METROPOLIS: SPACE TRANSFORMATION AND THE TRIBUTES TO THE WORKER SANTO DIAS DA SILVA

Anaclara Volpi Antonini
Universidade de São Paulo
anaclaravolpi@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa as homenagens anuais ao operário Santo Dias da Silva no local onde ele foi assassinado em 1979 como um marco de referência da ditadura militar na metrópole de São Paulo. Apesar do contexto marcado por intensas transformações do espaço, o ato realizado anualmente todos os dias 30 de outubro contraria os processos de apagamento desta memória, resignificando o lugar com a sua sinalização e apropriação.

Palavras-chave

Lugar. Memória. Transformação espacial. Santo Dias da Silva. Ditadura militar. São Paulo.

Abstract

This article analyzes the annual tributes to the worker Santo Dias da Silva in the place where he was assassinated in 1979 as a landmark of the military dictatorship in the metropolis of São Paulo. Despite the context characterized by intense transformations of space, the act that takes place annually on October 30 contradicts the processes of deletion of this memory, giving this place new meaning as a result of its signaling and appropriation.

Keywords

Place. Memory. Spatial transformation. Santo Dias da Silva. Military dictatorship. São Paulo.

"Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu."

Ecléa Bosi



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

1. Introdução

Este artigo faz parte das reflexões surgidas da pesquisa de mestrado da autora, que discutiu o sentido dos lugares de memória relacionados à repressão e à resistência à ditadura militar em São Paulo e das mobilizações pela sua identificação, preservação e/ou memorialização no contexto da metrópole paulista.

Como afirma a pesquisadora argentina Estela Schindel (2009), "diferentemente das guerras, tradicionais, que deixam um saldo de cidades destruídas e arrasadas, a repressão política não deixa feridas imediatamente visíveis na paisagem urbana" (*op. cit.*, p. 81). A ditadura militar deixou, além de mortos, desaparecidos e silêncios, marcas na cidade. De fato, os lugares relacionados à repressão e à resistência a ela não são facilmente identificados no tecido urbano. Alguns já não existem, outros servem hoje a outras atividades e são poucos os que receberam algum tipo de intervenção.

Dentre as iniciativas de memorialização estudadas, enfocamos neste artigo a homenagem ao operário e militante assassinado Santo Dias da Silva na ditadura militar. Durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo, o operário foi assassinado pela polícia militar em frente à antiga fábrica Sylvania no dia 30 de outubro de 1979. Por mais que tenham tentado silenciar sua luta e que o lugar já tenha se transformado bastante, os amigos e antigos companheiros e companheiras dos diferentes grupos dos quais participava continuam reunindo todos os anos no local, ressignificando-o a cada ato. É possível dizer que a ação desencadeia processos inter-relacionados de sinalização, rememoração, reunião política e religiosa, ao mesmo tempo em que se torna marcante a transformação do lugar onde se realiza o ato.

2. A luta de um trabalhador em tempos de ditadura

A ditadura militar brasileira foi instaurada em 1964 por meio de um golpe de Estado contra o presidente João Goulart, fruto de uma intensa articulação entre setores civis, políticos e militares, com o apoio decisivo dos Estados Unidos. A partir disso, se seguiram 21 anos de um regime baseado na supressão de direitos civis, censura e perseguição aos opositores e às classes populares. Mesmo com diferenças entre os governos militares, é possível dizer que foi um período marcado pelo controle social, vigilância ideológica dos movimentos através da doutrina da segurança nacional e graves violações dos direitos humanos pautadas na afirmação de uma legalidade de exceção.

Os trabalhadores se organizaram expressivamente e, apesar das intervenções estatais nas diretorias dos sindicatos e associações trabalhistas, se mobilizaram contra o arrocho



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

salarial, as horas extras, o alto custo de vida, as condições precárias de trabalho e à própria desarticulação dos sindicatos. Nas fábricas, o cotidiano opressor, expropriador e desgastante foi contestado a partir das comissões de oposição, das comissões internas de prevenção de acidentes e do trabalho de base que levaram a episódios marcantes de paralizações e greves. Por causa desta mobilização, foram intensa e violentamente reprimidos dentro e fora das fábricas, como denuncia o "Fórum de trabalhadores e trabalhadoras por verdade, justiça e reparação", que reivindica atualmente o reconhecimento destas violações no âmbito das políticas públicas de reparação.

Santo Dias foi uma pessoa muito importante tanto no movimento operário quanto pastoral e de bairro. Nasceu em 1942 no município de Terra Roxa, interior de São Paulo, onde trabalhou junto com sua família como meeiro e arrendatário em fazendas da região até 1962, quando se mudou para São Paulo depois de ser expulso por participar de uma paralisação por melhores salários (DIAS *et al.*, 2004, p. 40) e começou a trabalhar em fábricas da capital. Desde o início do trabalho como operário, se envolveu com as reivindicações da categoria.

Durante a ditadura, foi marcante a falta de espaço para articulação política nos sindicatos, sob intervenção do Ministério do Trabalho, com a longa direção de Joaquim dos Santos Andrade (conhecido como Joaquinção) de 1965 a 1987 no caso dos metalúrgicos de São Paulo. Hoje homenageado no nome da rua onde se situa o sindicato, o interventor era apontado pelos trabalhadores de oposição como um dos grandes responsáveis por obstruir sua participação na atividade sindical e prejudicar as reivindicações trabalhistas. Durante sua diretoria, o sindicato manteve um caráter de colaborador do regime, atuando no plano burocrático-legal, assistencialista e tendo suas ações legitimadas por meio de eleições sindicais, frequentemente fraudulentas (BATISTONI, 2001, p. 36).

Diante disso, a defesa dos direitos sindicais e trabalhistas foi construída a partir da atuação nas próprias fábricas por meio da formação da "oposição sindical". Apesar de alguns operários apontarem as raízes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP) em 1964 ou 1965, Bastistoni (2001) indica sua origem durante o período de eleições do sindicato em 1967, quando se formou uma chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tratava-se também de um momento de grande contestação do regime e de articulação de forças antiditatoriais como o movimento operário, estudantil, de esquerda e lideranças democráticas (BATISTONI, *op. cit.*).

Segundo Santo Dias, em entrevista a Paolo Nosella (1980), o início desta organização foi difícil, com uma série de divergências internas, de um lado, e a perseguição e prisão de muitos companheiros, de outro. Nesta época, pelo menos dois militantes da OSM/SP foram



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

assassinados pelo aparato repressivo, Olavo Hansen, preso pelo DEOPS/SP nas comemorações de 1º de maio de 1970 no estádio da Vila Maria Zélia e morto dias depois em função das intensas torturas sofridas, e Luís Hirata em 1971, preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury do DEOPS/SP e morto três semanas depois também por causa das torturas (BRASIL, 2007).

A Oposição Sindical Metalúrgica era formada por grupos de sindicalistas, esquerda católica e militantes de diferentes partidos de esquerda clandestinos, constituindo-se como uma frente heterogênea de trabalhadores. Sua organização era fundamentada na organização pela base e na defesa da autonomia e independência operária, realizando-se de maneira autônoma e regional, em relação com as zonas de concentração de metalúrgicos (setores Sul, Leste/Mooca, Sudeste/Ipiranga e Oeste). Ao mesmo tempo, era marcada por um forte enraizamento nos movimentos populares de bairros periféricos, ligando-se também às lutas por moradia e infraestrutura urbana e às ações da Pastoral Operária.

Como muitos outros operários, Santo Dias trabalhou em diferentes metalúrgicas da zona sul da cidade, das quais foi demitido diversas vezes por participar de campanhas coletivas por aumento de salário, adicional de horas extras, etc., como retrata a seguir.

Então, a minha atuação dentro da vida operária aqui em São Paulo tem sido marcada por uma série de mudanças de emprego também, porque até então, como oposição sindicalista, e dentro desse sistema que está aí, a gente não tem muito espaço livre para uma atuação. E à medida que a gente se posiciona diante de qualquer luta que se consegue encaminhar dentro das fábricas, a gente imediatamente é mandado embora. Dado isso, a gente tem passado por várias empresas e tem muitas empresas que não deixam a gente nem esquentar o banco (Santo Dias, entrevista a NOSELLA, 1980, p. 46).

Neste contexto, se destacou como líder bastante reconhecido entre os trabalhadores por seu temperamento pacífico e sua capacidade de mobilização no trabalho de base, que foi ressaltada por antigos/as companheiros/as durante entrevistas. Ao falar sobre a "discussão de pé de máquina", o operário sintetizou este trabalho e enfatizou a importância do trabalhador conhecer sua condição de classe explorada.

(...) a própria prática da luta operária tenho aprendido a maior parte dela na discussão de pé de máquina com os companheiros. E o que a gente procura ensinar é a prática da vida operária, procurando sempre discutir, transmitir alguma coisa em termos de



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

apontar para a necessidade do pessoal despertar também para uma organização de classe (Santo Dias, entrevista a NOSELLA, *op. cit.*, p. 75).

Nos Clubes de Mães e grupos de mulheres dos bairros da zona sul, onde atuava intensamente Ana Maria do Carmo, sua esposa, Santo participou também do Movimento do Custo de Vida, iniciado no clube de mães do Jardim Nakamura em 1973 e que se expandiu a nível nacional¹, e de outros movimentos reivindicatórios dos bairros.

É importante ressaltar o papel significativo dos setores progressistas da igreja católica na mobilização e apoio a estes movimentos. Estes grupos eram compostos por religiosos/as e leigos/as cujas orientações se inspiravam no Concílio Vaticano II e na II Conferência Episcopal da América Latina (Medellín, Colômbia), ambos realizados ao longo da década de 1960, nos quais a igreja católica assumiu o comprometimento com os mais pobres e a defesa dos direitos humanos (SANT'ANNA, 2004, p. 51).

Embora algumas Igrejas e entidades religiosas tenham colaborado com o regime militar, entre as quais destacamos a associação leiga Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que apoiou intensamente diferentes políticas conservadoras e o próprio golpe, é importante destacar os setores progressistas, vinculados principalmente à Igreja Católica. Fundados na reformulação das práticas e discursos desta instituição e mais próximos ao mundo dos explorados e oprimidos, estes setores foram fundamentais nos movimentos de bairros, de mulheres e operários, denunciando também as condições de vida nas periferias e as violações sofridas pelos militantes políticos e pela população mais pobre.

A missionária belga Cecília Hansen² descreve como estes princípios foram estabelecidos na região sul de São Paulo.

Uma das grandes preocupações do Mons. Ângelo Gianola, Vigário Episcopal da Região Sul naquela época, era o povo da periferia de sua região, marginalizado e excluído da sociedade e abandonado pela Igreja. Poucos padres e religiosas atuavam nos meios populares. Na mesma época, D. Paulo Evaristo Arns fez um apelo a todas as

¹ O Movimento do Custo de Vida denunciou a alta dos preços de alimentos e gêneros de primeira necessidade, exigindo seu congelamento. Teve seu auge em 1978, com uma grande manifestação na Praça da Sé e em 1979 tornou-se o Movimento contra a Carestia. Para mais informações, vide SILVA (2014); AZEVEDO; BARLETTA (2011) e DIAS *et al.* (2004).

² Pertencente à Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo, Cecília atuou na paróquia de Vila Remo por 17 anos. Depois do assassinato de Santo Dias, participou ativamente do Comitê e tem até hoje forte amizade com sua família. Entrevista a Jô Azevedo de maio de 2003, gentilmente cedida à pesquisadora.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

congregações religiosas para liberar e enviar religiosos/as para as periferias (Cecília Hansen, entrevista a Jô Azevedo, 2003).

O forte vínculo com a fé cristã e a atuação progressista da Igreja foi inclusive um aspecto cultivado durante toda a vida de Santo Dias, que se dedicou às atividades e grupos católicos desde a época de Terra Roxa até comunidades e congregações em São Paulo. Ele, Ana Maria e os dois filhos (Santinho e Luciana) se envolveram ativamente nos grupos comunitários dos diferentes bairros onde viveram, articulados à Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vila Remo. Nesta paróquia, sob responsabilidade do padre italiano Luís Giuliani nesta época, aconteciam encontros dos clubes de mães, grupos de teatro, cursos de alfabetização, encontros de reflexão e outras atividades que a tornaram um ponto fundamental de articulação religiosa, política e cultural por muitos anos. Cecília Hansen conta que a paróquia congregava muitas comunidades eclesiais de base na região, enumerando bairros como Jardim Ângela, Parque Santo Antônio, Jardim Tomás, Vaz de Lima, Jacira, Capela, São Pedro, São Joaquim, Souza, Alto da Riviera, Nakamura, Nova Santo Amaro, Ranieri e Sonia Regina, entre outros (DIAS *et al.*, 2004, p. 150). Dentre as pastorais sociais criadas também neste movimento, é concebida em 1970 a Pastoral Operária (PO), ligada à Arquidiocese de São Paulo e na qual Santo foi um importante militante junto a outros companheiros que também fizeram parte da OSM/SP.

As igrejas e comunidades eclesiais de base eram pontos de articulação dos operários e moradores dos bairros, onde aconteciam reuniões da oposição sindical e outras organizações, e de onde partiram muitas mobilizações por melhorias nas condições de vida – coleta de lixo, água encanada, posto de saúde, escolas, transporte, etc. O padre Luigi Giuliani atuou por 10 anos na Vila Remo e ressalta que grande parte da Igreja Católica era conivente com a ditadura, mas havia uma “minoridade potente e forte que não tinha medo”³.

A capacidade de articulação de Santo Dias entre estas esferas – movimento operário, católico e de bairro – foi muito enfatizada por diferentes companheiros/as e amigos/as e é possível dizer que ela se reflete na presença de pessoas desses diferentes movimentos também nas mobilizações posteriores à sua morte. Tanto o movimento operário quanto o setor progressista da igreja católica, questionavam as condições precárias de vida e trabalho. Tratava-se de uma mobilização que afrontava diretamente os interesses dos empresários e do regime militar e, justamente por causa disso, foi perseguido.

³ GIULIANI, 2012.

Deflagrada em 28 de outubro de 1979, a greve dos metalúrgicos de São Paulo sofreu forte repressão policial, com operários presos e levados ao Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP). No dia 30, uma terça-feira, as ruas de Santo Amaro amanheceram tomadas de viaturas policiais segundo o operário João Pereira: “Estava um verdadeiro festival, que era a polícia dando ‘cavalo de pau’, fazendo pressão e os trabalhadores corriam pra lá e pra cá (...)” (SANT’ANNA, 2004, p. 74). Mesmo assim, uma parte dos trabalhadores se reuniu e decidiu ir à porta da fábrica Sylvania no horário de troca de turno dos operários às 14h para convencê-los de parar e participar da assembleia que seria realizada depois. Em meio a esta ação, chegaram viaturas policiais que causaram tumulto e os soldados conseguiram capturar os dois dirigentes da ação, Santo Dias e Vicente García Ruiz (conhecido como Vicente Espanhol). Os dois operários se desvencilharam dos policiais, mas Santo foi morto por um tiro à queima roupa disparado pelo policial Herculano Leonel, episódio contado com emoção por João Pereira (SANT’ANNA, *op. cit.*) e outros companheiros/as presentes.

Seu assassinato pelas forças repressivas gerou uma grande revolta popular. No próprio dia 30 de outubro de 1979 (Figura 01), o corpo de Santo Dias foi levado da igreja da Consolação à Catedral da Sé em um cortejo que reuniu milhares de pessoas (de 30 a 50 mil, a depender da interpretação do veículo de comunicação que o registrou). Trabalhadores, amigos, amigas e militantes de diferentes movimentos sociais carregaram faixas, cantaram e demonstraram sua revolta diante do acontecido, emoção que se viu também na Homilia de Dom Paulo Evaristo Arns durante a missa de corpo presente.



Figura 01: Cortejo fúnebre de Santo Dias na Praça da Sé em 30.10.1979.

Autor: Ricardo Alves. Fonte: INVESTIGAÇÃO, 2014.

Para Batistoni, os atos públicos no centro da cidade e no seu enterro em Campo Grande, com a intensa participação de milhares de metalúrgicos, se constituíram como a



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

“primeira grande experiência de luta política depois de 1964” (2001, p. 290). De um movimento que estava sofrendo inúmeras perseguições e se enfraquecendo aos poucos, a greve se ampliou e se fortaleceu politicamente com a morte de Santo Dias, em uma comoção popular que impulsionou novamente a mobilização a partir da denúncia da violência policial e da defesa do direito à greve. A resposta do Estado veio, porém, com uma dura repressão para intimidar o movimento, com a invasão de igrejas, operários espancados e o impedimento de qualquer piquete.

A história de vida de Santo Dias se cruza intrinsecamente com as histórias de muitos trabalhadores/as e operários/as que sofreram com condições precárias de trabalho, arrocho salarial, falta de infraestrutura básica nos bairros e perda de direitos civis. É por isso que seu assassinato reverberou em um coletivo muito maior e sua luta serve ainda hoje de referência tanto para organizações sindicais como católicas. Atualmente, sua memória está significativamente viva nos que decidiram prosseguir a mobilização por uma vida melhor e mais digna e nos que continuam se encontrando todos os anos no lugar onde o trabalhador foi assassinado em 1979.

3. Memória como resistência

Logo após sua morte, se iniciou a organização do Comitê Santo Dias como uma mobilização para reivindicar justiça por meio da identificação e condenação do policial militar Herculano Leonel, que o matou naquela tarde, e para manter viva sua memória, divulgando-a nacional e internacionalmente, denunciando e solidarizando-se também com todos aqueles que tombam pela justiça, conforme afirma Cecília Hansen (DIAS *et al.*, 2004, p. 289).

Nos primeiros anos, foram organizadas passeatas, vigílias e atos para pressionar o julgamento do policial militar, que foi julgado pela Justiça Militar em 1982 e condenado a seis anos de prisão. A defesa, porém, recorreu e o processo foi arquivado em 1984 apesar dos recursos apresentados pela acusação⁴.

Vanda Gama, amiga de Santo e integrante do Comitê, mostra ao mesmo tempo o sofrimento e o impulso mobilizador provocado pelo assassinato: “A dor que transpassou a nossa alma e o corpo do Santo foi pela impunidade, pela injustiça do crime, pelo tiro disparado sem piedade e sem razão. Foi também o que nos impulsionou à luta. Nunca paramos”⁵. Esta foi revelada também por outros companheiros/as em diferentes momentos da pesquisa, bem como em outros relatos publicados sobre a morte de Santo Dias. A nosso ver, ela revela, de

⁴ Cf. DIAS *et al.*, 2004.

⁵ Vanda Maria da Gama, em material concedido à autora em julho de 2016.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

um lado, o rompimento de um conjunto de projetos comuns tanto do movimento sindical da Zona Sul de São Paulo quanto das comunidades eclesiais de base na região em função do assassinato desta figura representada em Santo Dias, tão importante nestes dois “mundos” e na sua articulação. De outro, essa dor foi e é ainda um motor fundamental para a continuidade da luta nestes mesmos movimentos⁶. Para os que sofreram com a sua perda, a continuidade da mobilização por melhores condições de vida e de trabalho se configura também como uma forma de manter viva sua memória e superar o trauma implicado na morte indesejada. O *trabalho de memória*, neste caso, se coloca como uma resistência possível.

Para além do nível individual dos depoimentos, é preciso considerar a memória no seu âmbito social, ou seja, como memória coletiva que está ligada a situações que extrapolam o nível estritamente individual, ainda que parta dele. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva está intrinsecamente ligada às memórias individuais, assim como as memórias individuais não se independem do contexto social e da memória coletiva. A partir disso, é possível avaliar que testemunhos de violações do Estado às liberdades de expressão cultural, política e à própria vida das pessoas podem contribuir para a construção de conhecimentos que extrapolam os níveis individuais de percepção do período. Nesse sentido, a memória tem a capacidade de superar a necessidade pessoal da testemunha em expor os acontecimentos e registrá-los, mostrando-se também como possibilidade de luta política, como denúncia de tais acontecimentos e como renovação desta memória no presente.

Os relatos dos que viveram a ditadura militar e nela sofreram perseguições físicas e morais traz à tona uma memória que não é fácil de ser lembrada e que tem sido reiteradamente obscurecida. Uma memória que deve travar lutas políticas tanto para ser reconhecida para além das versões oficiais até então veiculadas, como para manter seu suporte espacial e permanecer como uma marca na metrópole.

O Comitê se constituiu como uma associação autônoma que foi se renovando ao longo do tempo, envolvendo homens e mulheres das comunidades de base da igreja católica, principalmente de Vila Remo e Jardim Ângela, da Pastoral Operária e de diferentes movimentos sociais que tiveram um papel fundamental na construção e renovação destes princípios.

Paralelamente às pressões para o julgamento, foram articuladas diferentes ações para preservar sua memória e continuar sua luta. Em 1980, no primeiro aniversário de morte, o

⁶ Embora tenhamos destacado os movimentos sindicais e eclesiais, é importante ressaltar que há também o luto próprio da perda do amigo, do marido e pai que foi Santo Dias, e que, apesar de ser também significativa, não pretenderíamos dar conta nesta pesquisa.

trajeto do cortejo da Igreja da Consolação à Praça da Sé foi refeito com intensa participação popular chegando a 7 mil pessoas segundo o Comitê (Figuras 02 e 03), mesmo com pouca atenção da imprensa.



Figuras 02 e 03: Ato na Praça da Sé em 1980, no primeiro aniversário de morte de Santo Dias.

Fonte: Acervo Comitê Santo Dias / CEDEM-UNESP; acervo pessoal de Cecília Hansen.

Nos anos seguintes, foram realizados festivais de música e outras atividades culturais em diferentes lugares, "Semanas Santo Dias", debates, atos políticos, produção de materiais de reflexão e divulgação (folhetos, livros, disco, camisetas, etc.).

Depois de alguns anos sem uma periodicidade de reuniões, o Comitê retomou suas atividades desde o começo de 2016. O objetivo principal foi resgatar de forma mais ativa a construção do ato anual de 30 de outubro, pensar novas estratégias para manter viva a memória de Santo Dias, renovar sua luta e o próprio sentido do Comitê.

Uma das atividades principais desse grupo tem sido o levantamento de lugares e homenagens com o nome de Santo Dias por todo o país. Tamanha a maneira como se fortaleceu sua memória, que em 2016 o Comitê se colocou esta necessidade, posto que estas homenagens se espalharam de maneira autônoma e para além das suas ações. Ana Maria contou inclusive em uma das últimas reuniões que descobriu a existência do Ecoponto Santo Dias (São Paulo, SP) sem querer, o que dialoga com uma declaração sua no livro de sua filha: "Hoje, o Santo é de todo mundo e não é de ninguém" (DIAS *et al.*; 2004, p. 83); e é reafirmado nas palavras da própria Luciana: "(...) a gente já perdeu o domínio, já virou domínio público o nome. E a gente tinha essa intenção mesmo" (Luciana Dias, entrevista à autora, 2016).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

Até o momento, foram identificados 41 lugares no Brasil, sendo 25 na Região Metropolitana de São Paulo. São escolas, ruas, avenidas, praças, centros comunitários, associações católicas ligadas e outros equipamentos públicos que nesses anos foram ganhando o nome do operário assassinado, mas esta lista ainda pode aumentar em função de novas informações.

Os lugares estão em sua grande maioria em regiões periféricas das cidades. É possível dizer que nomeação de ruas, associações populares e iniciativas de defesa dos direitos humanos criam pontos de celebração e renovação de sua memória. Isso foi expressado também por Ana Maria, em depoimento concedido ao Memorial da Resistência de São Paulo: "(...) Cada coisa que se põe ainda, é o nome dele ou uma homenagem, ou... Então eu acho que tudo isso é mostrando que o que ele fez não foi em vão, o sangue dele não acabou ali, mas foi semente pra brotar em muitos outros lugares" (Ana Maria do Carmo, depoimento ao Memorial da Resistência de São Paulo, 2014).

Além disso, é fruto de ações realizadas de forma autônoma e com muito esforço dos envolvidos. O fato de algumas delas terem sido incorporadas pelas políticas públicas, como as nomeações de logradouros e escolas, decorre fundamentalmente do empenho do Comitê e de outros movimentos organizados em impulsionar estas homenagens e chamar a atenção para o legado deste trabalhador assassinado pelo Estado.

3. Um enraizamento no lugar

Entre as ações do Comitê, uma delas se manteve constante em todos os anos: o ato do dia 30 de outubro. O encontro começa tradicionalmente no horário aproximado de sua morte, às 14h, em frente à antiga fábrica Sylvania e depois segue em passeata até o Cemitério do Campo Grande, onde é feita uma celebração no local de seu túmulo, uma experiência que merece atenção particular. Amigos e amigas de Santo Dias da Silva, antigos companheiros de trabalho, militância e movimento pastoral, admiradores novos e antigos se encontram para relembrar suas lutas. Independente da divulgação do evento, sabem que todos os anos este encontro acontece no horário aproximado da sua morte, às 14h.

Onde antes estava a planta da fábrica de tubos para televisores e lâmpadas Sylvania Eletric Products Inc., hoje encontramos o Condomínio Vila Nova Sabará-Praça Alvorada (Figura 04). A fábrica, em funcionamento desde 1961 no bairro de Campo Grande, foi desativada em 2007 e o terreno de mais de 38.000 m² foi vendido para a construtora Rossi Residencial S. A. Em frente ao conjunto de edifícios que agora se encontra no local, ainda é possível identificar os galpões de outra fábrica desativada.



Figura 04: Localização da antiga fábrica Sylvania no bairro de Campo Grande, São Paulo.

Elaboração: Isis Ramos e autora.

Em frente ao muro lateral ao condomínio, é possível encontrar a qualquer momento do ano a inscrição feita em tinta vermelha no asfalto: "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar". Em dias comuns, carros estacionam sobre as palavras, que se misturam a outras sinalizações urbanas e vão se desgastando pela circulação diária de automóveis na rua.

Os amigos/as e companheiros/as se reencontram e se juntam aos novos participantes no dia do ato. Nos amplificadores de uma Kombi⁷, músicas que abordam o assassinato de Santo Dias e seu "martírio"⁸ se misturam a falas de companheiros e companheiras dos diferentes âmbitos de militância, mensagens de lembrança e outras de tom mais político. Falas ora emocionadas, ora combativas, retomam os movimentos em que participavam no final dos anos 1970 e o renovam trazendo opressões ainda vividas pelos trabalhadores nos dias atuais.

⁷ O padre Jaime Crowe leva todos os anos a Kombi da Paróquia Santos Mártires, no Jardim Ângela, que é utilizada no ato.

⁸ Martírio é uma palavra muito usada para representar o assassinato de Santo Dias e tem relação com a sua militância fortemente católica. Segundo o padre Luís Giuliani, representa a morte pela justiça.

O momento da pintura do asfalto é muito especial para o grupo e cada um participa da escrita, que vai se completando junto com as falas e as pequenas conversas e abraços que vão se renovando até que se conclui a inscrição e este momento da homenagem (Figura 05). É um momento emotivo, de recolhimento e reflexão. Cada palavra trás à tona sua identidade e, ao mesmo tempo, reconstrói sua luta e pertinência política.



Figura 05: Inscrição "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar", realizada durante ato no dia 30.10.2015.

Fotografia da autora.

Desde 1980, a marcação é refeita todos os anos nesta data. Segundo Vanda Gama, trata-se de uma denúncia simbólica de que ali houve um crime. Suas palavras ressaltam ainda a importância de sua repetição anual:

A repetição desse ato, a princípio liderado pelo Comitê Santo Dias, foi para a preservação da memória e da história. Já não há mais a fábrica, que há cerca de 15 anos foi fechada, contudo, as pessoas que circulam ali conhecem a história, relembram e refazem o dia do ocorrido.⁹

Como apresentado anteriormente, o ato é organizado todos os anos e seus propósitos dialogam com as reivindicações pelo julgamento, a manutenção e renovação da lembrança sobre o assassinato do operário.

⁹ Texto escrito por Vanda Maria Gama em 2016 para um material do Comitê Santo Dias ainda não publicado, gentilmente cedido à autora.



Figuras 06 e 07: Um dos primeiros registros do ato em frente à fábrica Sylvania em 1980, ano seguinte ao assassinato de Santo Dias; Aniversário de 10 anos em frente à fábrica Sylvania (30.10.1989), pintura do asfalto. Ao fundo, destaque para os trabalhadores da fábrica observando o ato.

Fonte: Acervo do padre Luís Giuliani; Acervo Comitê Santo Dias / CEDEM-UNESP.

Depois da sinalização do asfalto, o grupo sai em passeata até o Cemitério do Campo Grande a poucas quadras dali, onde a família de Santo Dias os espera para a celebração junto ao seu túmulo. Agora com a presença de Ana Maria do Carmo (companheira), Luciana (filha) e Santinho (filho) e suas famílias, é realizada uma missa propriamente dita e as homenagens finais.

Os aniversários de morte são momentos de condensação e ativação das memórias que, atreladas aos lugares do ato (o local do assassinato – fábrica Sylvania - e o local de culto e homenagem – Cemitério Campo Grande) se tornam momentos em que o passado é revivido no presente. Este encontro anual é muito importante para os que participam.

Os caminhos que cada um vai tomando, a distância, o excesso de trabalho, a doença, a idade, diversas são as razões do não comparecimento de alguns. Quando Seabra (1996, p. 80) anuncia que “no caráter confuso do vivido está tanto a sua riqueza quanto também a sua pobreza”, é possível considerar que este ato revela, de um lado, a apropriação e o uso do lugar e, de outro, também a complexidade desta possibilidade na metrópole. Se é no nível do *vivido* (e do próprio *lugar*) que se torna evidente este conflito, também a partir deste nível podemos chamar a atenção para os efeitos e sentidos da reunião em análise.

Para analisar as oportunidades que estes encontros anuais dos dias 30 de outubro na fábrica e no cemitério abrem aos que deles participam, nos apropriamos dos estudos de Ecléa Bosi (2003) sobre o processo de *enraizamento*. Seria possível pensá-los de maneira similar à visitação de parentes e amigos em datas especiais, às quais que se refere Bosi,



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

O cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam o mundo, separam os amigos. Mas, em algumas datas, as visitas retornam, os amigos se encontram, os fragmentos se religam. A especulação urbana criou rupturas e abismos entre os que se querem ver, mas os pontos distanciados se aproximam, e o mapa afetivo da cidade se reconstitui então (BOSI, *op.cit.*, p. 205).

Mesmo que na nossa sociedade e na nossa cidade, esses encontros sejam cada vez mais difíceis, e mesmo com a motivação dolorosa e indesejada da morte de um companheiro para que os encontros de 30 de outubro ocorram, há uma gratificação especial decorrente deste esforço de participar do ato que tem a ver com o rompimento do isolamento e com a manutenção dos fatores identitários ligados à mobilização do passado, além de sua continuidade no momento atual.

4. Cidade, transformação espacial e memória

A transformação constante do espaço na cidade e como ela se dá especificamente em São Paulo ameaça os suportes físicos das lembranças na cidade - e não poderia deixar de abarcar as memórias relacionadas à ditadura militar. De fato, a fábrica Sylvania, em frente à qual Santo Dias da Silva foi morto, não existe mais.

A saída desta fábrica está relacionada a este processo mais amplo que tem mudado intensamente a paisagem da região. Segundo Dias *et al.* (2004), muitos dos antigos galpões industriais passaram a ser ocupados por concessionárias de automóveis, lojas de material de construção, conjuntos habitacionais, comerciais e outros empreendimentos.

Assim como outros bairros e cidades da região metropolitana de São Paulo, a região sul de São Paulo foi um importante eixo industrial que concentrou desde os anos 50 grandes contingentes de trabalhadores e de migrantes de outras partes do país e do estado. Em 1985, o polo industrial da região concentrava 30,6% do total de trabalhadores metalúrgicos, aglutinando fábricas de grande porte como MWM, Villares, Caloi, Caterpillar, Prada, Metal Leve, Cibié, Monark, Pial, Wapsa e Weber (BATISTONI, 2001).

Nos últimos anos, fábricas tradicionais da região fecharam ou diminuíram significativamente a quantidade de trabalhadores empregados e terceirizaram etapas da produção¹⁰. As empresas que permaneceram reestruturaram seu modelo de produção e empregam atualmente menos pessoas, como a MWM, que chegou a ter 2 mil trabalhadores e já não possuía nem metade deste contingente no início dos anos 2000, e a Metal Leve

¹⁰ Mudanças que também interferem profundamente no mundo do trabalho, com a especialização, de um lado, e a ampliação da massa de trabalhadores subcontratados ou em situação informal, de outro.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

(atualmente Mahle), que mantinha aproximadamente 300 funcionários na mesma época em contraposição aos antigos 2 mil postos de trabalho (DIAS *et al.*, *op. cit.*, p. 193-194). Segundo os dados apresentados por Bessa et al. (2012), o polo Santo Amaro-Jurubatuba perdeu mais de 51 mil empregos de 1996 a 2006, continuando, porém, como um importante eixo industrial da cidade, relacionado atualmente à indústria farmacêutica. No âmbito municipal, houve uma variação territorial do emprego na indústria. Enquanto há retração de empregos na região sul e em outros eixos que constituíram os alicerces da industrialização paulistana, como Centro/Tamanduateí e Marginais Pinheiros/Tietê, se verifica uma expansão de novas áreas, como Jacu-Pêssego/São Mateus, Raposo Tavares e São Domingos/Pirituba/Freguesia do Ó¹¹.

Estas mudanças não se dão apenas na escala municipal. Segundo Lencioni (2011), a dispersão das indústrias para outras áreas da região metropolitana e do estado de São Paulo nos últimos 30 anos é parte de um processo de desconcentração industrial¹² que associa a expansão da industrialização no entorno metropolitano ao papel ainda central da cidade de São Paulo como centro de comando. A respeito deste novo papel da metrópole, Carlos (2001; 2005) chama a atenção para um novo ciclo de reprodução capitalista que se concentra no setor terciário por meio do capital financeiro e imobiliário.

É importante ressaltar que mesmo que o peso da indústria paulista tenha diminuído no país, a liderança da produção industrial ainda se concentra neste Estado, com destaque para a Região Metropolitana de São Paulo. E mais ainda: a cidade de São Paulo continua sendo a maior cidade industrial do país apesar da perda de mais de 425 mil postos de trabalho na indústria de 1985 a 2001 (LENCIONI, *op. cit.*, p. 137, 145). Desta maneira, se trata de uma *perda relativa* da atividade industrial tanto na região metropolitana quanto no seu núcleo de 1995 a 2010, como fruto de um movimento que se realiza de maneira mais expressiva desde a década de 1980.

Assim, a transformação contínua da paisagem não é impulsionada apenas em função do desuso de determinados espaços construídos, mas também diante de transformações dos ciclos do capital, como é o caso das mudanças ocorridas na metrópole de São Paulo em decorrência da importância crescente do setor terciário, abordado também por Carlos (2001).

É interessante notar, por outro lado, como a transformação espacial não impede nem afeta o encontro anual. Apesar de não existir mais a fábrica e do lugar estar diferente do que

¹¹ Cf. BESSA *et al.*, 2012.

¹² A geógrafa aponta, ainda, o papel fundamental das redes viárias e de telecomunicações para este processo.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

era quando ocorreu o assassinato e nos anos posteriores de mobilização, o ato permanece aí. No lugar dos portões da antiga fábrica, agora se vê o muro lateral do condomínio.

Cecília Hansen¹³, ao ser perguntada sobre o fechamento e a demolição da fábrica, disse que não interferiu na essência do ato, nem fez com que o grupo considerasse qualquer alteração no local de encontro. Trata-se de um lugar que tem um sentido profundo para este grupo, que permanece como algo vivo e mobilizado por eles independente das mudanças ocorridas.

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens. 'As pedras e os materiais não vos resistirão', diz Halbwachs. (...) § À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 2010, p. 452).

O ato surge como manifestação e reivindicação por justiça associada à homenagem a Santo Dias e ao fortalecimento da luta pelos direitos dos trabalhadores. Isso significa que sua mobilização não se define apenas como uma luta pela memorialização ou reconhecimento de um lugar relacionado à ditadura militar, nem pela sua preservação ou reconhecimento oficial mesmo diante da demolição da fábrica. Não se trata, aparentemente, de uma luta pelo espaço. Por outro lado, o movimento é extremamente "especializado". O lugar onde o operário foi assassinado passou a ser uma referência importantíssima para os amigos e companheiros de militância, tendo um sentido tão forte que o encontro anual mantém sua força.

Neste sentido, nos parecem significativas as considerações de Halbwachs (2006, p. 188) sobre a importância do espaço como um elemento produzido ao longo do tempo, que revela um conteúdo social. Isso se articula aos debates propostos por Pollak (1992), para quem o lugar compõe a identidade do indivíduo e é fundamental para a construção da memória, colocando-se como um dos elementos constitutivos da formação da mesma e da própria identidade, junto aos acontecimentos e às personagens, conhecidos de maneira direta ou indireta.

Este atributo identitário é central para compreender os efeitos das transformações na morfologia da metrópole na vida das pessoas, e, ao mesmo tempo, os modos de apropriação do espaço que subvertem este movimento e resistem a ele. A memória tem um papel fundamental ao associar tempos e espaços, atribuindo a eles um conteúdo no presente e

¹³ Entrevistas concedidas à autora em junho e agosto de 2016.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

revelando “necessidades e desejos que elucidam os elementos da construção da identidade entre o indivíduo e o espaço” (CARLOS, 2001, p. 230).

A carga simbólica do lugar permanece mesmo com as transformações que aconteceram e, ao mesmo tempo, é renovada a cada ação empreendida. Permanece, portanto, como um ponto de significação para os protagonistas da intervenção descrita. Um ponto que desperta diferentes sentidos coletivos de encontro, ação política, resistência e dor, um verdadeiro *lugar de memória* (NORA, 1993; SCIFONI, 2013). Da perspectiva dos que não conhecem a história fabril e operária do bairro nem a forte repressão empreendida pelo Estado contra os movimentos de resistência, por outro lado, este ponto só se torna significativo com algum tipo de informação ou ação que possibilite o conhecimento do ocorrido. A nosso ver, é justamente este o sentido da sinalização e do ato anual para os que não participam do movimento.

Se, num primeiro momento, o ato em seu conjunto estava permeado pela exigência de justiça e de manter viva a memória e as reivindicações de Santo Dias, ele se mantém ao longo do tempo como um *enraizamento* (BOSI, 2003; 2010), uma resistência compartilhada e continuada ao crime cometido, às dificuldades da classe trabalhadora e, por que não dizer, ao apagamento dessas memórias no próprio tecido urbano.

O olhar se volta ao passado, mas também ao presente, trazendo ao debate as lutas e conflitos atuais enfrentados pelos trabalhadores e pela população em geral, como os problemas relacionados ao meio ambiente, desemprego, violência policial contra as manifestações sociais, entre outros. Nas reuniões realizadas pelo Comitê ao longo de 2016, foi muito enfatizada a necessidade de renovação do ato e da integração com os mais jovens e outros grupos tanto das escolas e associações com o nome do Santo Dias, quanto dos movimentos populares em geral. É claro que esta proposta implica em uma série de desafios que não são de simples resolução, mas é importante ressaltar este anseio do Comitê.

O uso que será feito da memória é uma questão central para Todorov (2000) em *Los abusos de la memoria*, e para fundamentar sua crítica a respeito disso, o autor sustenta que o acontecimento recuperado pode ser tratado de maneira literal ou exemplar. Enquanto a chamada *memória literal* possui um fim em si mesma e produz recordações incomparáveis entre si, a *memória exemplar* pode servir de modelo para compreender situações novas com agentes diferentes. A exemplaridade, ao recuperar o passado como uma “manifestação entre outras de uma categoria mais geral” (TODOROV, 2000, p. 31 - tradução livre) sem negar a singularidade dos acontecimentos, converte o passado em um princípio de ação no presente.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

Ao atualizar o debate sobre o compromisso social de Santo Dias tratando sua memória como algo compartilhado pelo conjunto de uma classe social e como fonte para lidar com as lutas do presente, o Comitê e os que participam dos atos anuais de 30 de outubro consolidam uma verdadeira *memória exemplar* nos moldes que Todorov propõe. Ela é ao mesmo tempo mobilizada para compreender o evento traumático do amigo e familiar assassinado, quanto serve como referência para vislumbrar situações novas, possibilitando a diminuição ou superação da dor e convertendo os fatos do passado em princípios para a ação atual. Quando o Comitê insiste na necessidade de incorporar outros sujeitos no ato, está encarando também a necessidade de renovação dos discursos e da própria memória. Ao mesmo tempo, ao colocar Santo Dias como um militante que morreu em busca de justiça como muitos outros, sua rememoração é ampliada do plano individual para o coletivo.

Além do ato simbólico no qual as pessoas se encontram, as sinalizações na rua em tinta vermelha mostram um uso resistente deste lugar que contraria sua transformação, a perda dos referenciais e contesta até mesmo o uso esperado da rua.

Retomemos os debates a favor e contra a rua, de Henri Lefebvre (2008).

Contra a rua:

(...) O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. (...) Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. (...) Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. (LEFEBVRE, 2008, p. 28).

A favor da rua:

(...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros. (...) Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) Nela joga-se, nela aprende-se. (...) Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado (...) onde ela [a palavra] pode tornar-se 'selvagem' e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições (LEFEBVRE, 2008, p. 27-28) (grifo do autor).

Invertemos a ordem apresentada pelo autor, que na verdade colocou antes o texto "A favor da rua", justamente para destacar o conteúdo do *uso* e da *apropriação* que se possibilita e se realiza na rua, mesmo que na condição de *resíduo*¹⁴ (LEFEBVRE, 2008; 2009).

¹⁴ O termo resíduo é utilizado tanto por geógrafos quanto por autores de diferentes áreas do conhecimento, mas na obra de Henri Lefebvre, longe de ser apenas uma palavra relacionada àquilo que



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

É possível representar a rua como lugar da passagem ou parte do *espaço amnésico* (CARLOS, 2001), com seus referenciais históricos perdidos em ritmo acelerado que poderia produzir um estranhamento. O que esta experiência mostra, porém, é a apropriação da rua e da cidade como lugar do encontro, do simbólico, imprevisível e irredutível.

Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003), pesquisadoras das memórias da repressão política no Cone Sul, apontam a potência existente em cada esforço de memorialização dos lugares que registram acontecimentos e práticas repressivas. Nas suas palavras, as intervenções nos lugares de memória agregam uma “nova camada de sentido a um lugar que já está carregado de história, de memórias, de significados públicos e de sentimentos privados” (JELIN; LANGLAND, 2003, p. 5 - tradução livre) ¹⁵.

Os carros em cima das inscrições e as pessoas que reforçam aqueles traços. Nada garante que aquelas palavras sejam lidas por um morador ou pedestre que caminhe pela rua ou que o motorista que estaciona seu carro leia a tinta vermelha do asfalto. De um lado, o movimento de sinalização do lugar, os encontros que se realizam nos dias 30 de outubro e a mobilização que eles implicam são apropriações inesperadas daquele lugar - a rua - marcado pela passagem e pela centralidade do automóvel. De outro, o simples fato da inscrição continuar e ser renovada periodicamente no espaço público já o qualifica de outra maneira e atribui um novo conteúdo a ele, abrindo a possibilidade de novos encontros e contatos com a história daquele trabalhador e militante assassinado e dos que continuam se encontrando para renovar sua luta.

6. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy Machado. O cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP). In: **Cadernos CEDEM**. São Paulo: UNESP, v. 2, n. 2, p. 133-146, 2011. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/1647>>. Acesso em: jun. 2016.

resta ou o que é remanescente, o resíduo tem um significado particular. Ele não é considerado algo que sobrou ou que estaria por acabar, como poderia julgar o senso comum, mas é justamente o que persiste, o negativo potencial e virtualmente transformador em direção à realização do urbano como lugar de reunião das diferenças, encontro e simultaneidade.

¹⁵ Texto original: “(...) nueva capa de sentido a un lugar que ya está cargado de historia, de memorias, de significados públicos y de sentimientos privados” (JELIN; LANGLAND, 2003, p. 5).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato:** os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BESSA, Vagner et al. Território e desenvolvimento econômico. In: COMIN, Alvaro et al. (Org.). **Metamorfoses paulistanas:** atlas geoeconômico da cidade. São Paulo: SMDU/Cebrap/Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 127-170.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória – Ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>. Acesso em: set. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. **Santo Dias – Quando o passado se transforma em História.** São Paulo: Cortez, 2004.

GIULIANI, Luigi. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Maurice Politi, Rodrigo Pezzonia e Vanessa do Amaral em 07/12/2012.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INVESTIGAÇÃO Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 2014. Vários autores.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. (Comps.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI de España, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.º 120, p. 133-148, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176>>. Acesso em: abr. 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: mai. 2017.

NOSELLA, Paolo. **Porque mataram Santo Dias**: Quando os braços se unem à mente. São Paulo: Cortez, 1980.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: mai. 2017.

PROGRAMA Lugares da Memória. **Fábrica Sylvania**. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=bancodedados&idlugar=151&mn=59>>. Acesso em: abr. 2017.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8649607

SANT'ANNA, Sílvia di. **Santo - dos nossos - Dias: fé, política e compromisso social no cotidiano de luta de um operário na paulicéia dos anos 70.** São Paulo: Líber edições, 2004.

SCHINDEL, Estela. Incluir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: **Política y Cultura.** México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, n. 31, p. 65-87, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422009000100005. Acesso em: abr. 2017.

SCIFONI, Simone. Lugares da Memória Operária na metrópole paulista. In: **GEOUSP - espaço e tempo.** São Paulo: USP, n. 33, p. 98-110, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304/77947>. Acesso em: jan. 2017.

SEABRA, Odette. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71- 86.

SILVA, Ana Maria do Carmo. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Buenos Aires: Paidós, 2000.